

O OLHAR DA GESTÃO ESCOLAR SOBRE O FENÔMENO DA JUVENILIZAÇÃO DA EJA EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE PERNAMBUCO

Greycielle Barreto de Oliveira

Orientadora: Prof. Dra. Catarina Cerqueira de Freitas Santos

RESUMO

A presença de adolescentes na EJA, juntamente com pessoas adultas e idosas, impõe desafios na organização do trabalho pedagógico. O artigo objetiva compreender qual a percepção de um diretor escolar sobre o fenômeno da juvenilização da EJA em uma escola estadual de Pernambuco. Como desdobramento desse objetivo, identificar quais razões a gestão escolar atribui para a ampliação do número de jovens nas turmas da EJA e caracteriza os principais desafios que a gestão escolar encontra ao lidar com esses “jovens tão jovens”. Parte de uma discussão conceitual sobre a existência de diversas juventudes, a partir dos estudos de Groppo (2004) e Dayrell (2007) e descreve o fenômeno da juvenilização da EJA. Os resultados apontam que a maioria desses jovens são trabalhadores, e que muitos migraram para a EJA por não conseguir estudar em escolas de tempo integral. O gestor entrevistado aponta a existência de conflitos geracionais e a necessidade de trabalhar a afetividade com esses estudantes. O estudo conclui que é necessário superar estigmas e criar estratégias para a garantia do direito à educação para essa juventude.

Palavras-chaves: EJA – Juvenilização da EJA – Gestão Escolar

1. INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil historicamente é marcada por estigmas e preconceitos. De forma errônea, o senso comum se refere aos sujeitos da EJA como indivíduos menos esclarecidos que fracassaram em sua vida escolar. Anula-se toda a sua trajetória como indivíduos com suas próprias histórias, conquistas, sonhos e necessidades. Os sujeitos chegam à EJA “com saber próprio, elaborado a partir de suas relações sociais e de seus mecanismos de sobrevivência” (Gadotti; Romão, 2011, p.143).

Compreendemos que o processo educativo deve estar intimamente ligada ao desenvolvimento individual e social dos sujeitos, alicerçado em uma perspectiva de educação libertadora que deve contribuir “para formar a consciência crítica e estimular a participação

responsável do indivíduo nos processos culturais, sociais, políticos e econômicos” (Freire, 1979, p.7). Embora a Constituição Federal de 1988 assegure a educação como um direito de todos os indivíduos, a Educação de Jovens e Adultos ainda é posta à margem dessas garantias. O Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica do ano 2022, por exemplo, apontou para a diminuição do número de matrículas da EJA em 21,8% entre 2018 e 2022” (Brasil, 2023, p.33) possibilitando perceber um significativo retrocesso na modalidade nos últimos anos, em especial em um contexto pós pandemia, no qual houve a ampliação da vulnerabilidade social no Brasil.

Souza Filho, Cassol e Amorim (2021, p. 718) ponderam que historicamente a concepção inicial da EJA estava atrelada ao propósito de proporcionar aos jovens, adultos e idosos, que não estudaram na idade adequada, “uma ação reparadora de direito e uma Educação equitativa, qualificadora e de atualização de aprendizagens”. Cada vez mais é possível observar um movimento denominado como juvenilização da Educação de Jovens e Adultos, ou seja, a ampliação da presença de educandos entre 15 e 18 anos integrando as turmas de jovens e adultos. Esses adolescentes muitas vezes são indivíduos que passaram por processo de exclusão da educação regular básica, marcados por histórico de abandono e reprovação escolar.

A presença de adolescentes na EJA, juntamente com pessoas adultas e idosas, impõe desafios na organização do trabalho pedagógico, exigindo que “os gestores das escolas e dos sistemas de ensino repensem as ações de políticas públicas educacionais específicas na área, visando ao enfrentamento dos desafios interpostos no caminho da EJA e dos jovens estudantes” (Souza Filho; Cassol; Amorim, 2021, p. 722).

Diante do exposto, para entender melhor o fenômeno da juvenilização, realizamos um estudo de caso em uma escola estadual de Pernambuco, localizada no município do Recife, que oferta apenas a EJA nos seus três turnos de funcionamento. Objetivamos compreender qual a percepção de um diretor escolar sobre o fenômeno da juvenilização da EJA em uma escola estadual de Pernambuco. O foco na gestão decorre do entendimento de que o diretor escolar possui um papel de mediador das políticas educacionais e das relações que são estabelecidas entre os diferentes segmentos que compõem a comunidade escolar (Paro, 2010). Como desdobramento desse objetivo geral, apontamos os seguintes objetivos específicos: identificar quais razões a gestão escolar atribui para a ampliação do número de jovens nas turmas da EJA e

caracterizar os principais desafios que a gestão escolar encontra ao lidar com esses “jovens tão jovens”.

Para alcançar os objetivos propostos, dividimos o presente texto em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. Inicialmente conceituamos juventudes e caracterizamos a condição da existência das múltiplas juventudes e suas singularidades. Em seguida, apresentamos a trajetória da EJA no Brasil, dando ênfase ao processo de juvenilização. Posteriormente descrevemos as nossas escolhas metodológicas e, por fim, apresentamos e analisamos os achados da pesquisa.

2. JUVENTUDES, SEMPRE NO PLURAL

O conceito de juventude não é estático, variando significativamente ao longo da história e entre diferentes culturas. Optamos na nossa análise adotar a perspectiva das juventudes, posto que o uso do plural é “o reconhecimento do peso específico de jovens que se distinguem e se identificam em suas muitas dimensões, tais como de gênero, cor da pele, classe, local de moradia, cotidiano e projetos de futuro” (IBASE; Pólis, 2005, p.8). As análises em torno dessas juventudes, contudo, nem sempre abarcaram essa diversidade.

Ao longo da história, a juventude foi vista tanto como uma fase de transição entre o ser criança e a idade adulta, quanto como uma categoria social com características próprias - como tem sido reforçado nas últimas décadas, principalmente na esfera das políticas públicas. O significado da juventude mudou consideravelmente ao longo do tempo, influenciado por diversos fatores: econômicos, sociais, culturais e políticos. Na Antiguidade, por exemplo, a juventude era frequentemente associada com a preparação para responsabilidades adultas, especialmente no que diz respeito a homens jovens se preparando para o combate ou para assumir papéis sociais e econômicos dentro de suas comunidades.

Em muitas sociedades, rituais de passagem marcavam a transição da infância para a juventude e, posteriormente, para a fase adulta. Durante a Idade Média e até o início da modernidade, a estrutura social e as economias baseadas na agricultura moldavam a experiência

da juventude. As crianças começavam a contribuir para o trabalho doméstico e agrícola desde a primeira infância, e o que separava a infância da idade adulta era uma linha muito tênue. A ideia de adolescência como uma fase distinta de desenvolvimento é um conceito relativamente moderno, vindo à tona com mais força no século XIX e se consolidando no século XX, com as transformações sociais e econômicas trazida pelo advento da Revolução Industrial e surgimento do capitalismo, mudanças nas estruturas familiares, a expansão da educação formal e o reconhecimento dos direitos das crianças e adolescentes.

No século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, a juventude começou a ser vista como um grupo social único, com suas próprias subculturas, modos de expressão e desafios. O aumento da importância da educação formal prolongou a transição para a vida adulta e criou um espaço para o desenvolvimento de identidades juvenis distintas. Além disso, a juventude passou a ser considerada não apenas uma fase de preparação para a vida adulta, mas também um período valioso por si só, associado à liberdade, à inovação e à mudança social.

Segundo Silva e Silva (2011), a Organização Mundial da Saúde estabelece que a juventude é uma categoria sociológica que representa um momento de preparação de jovens entre 15 e 24 anos – para assumirem o papel de adulto na sociedade. Já no Brasil, as autoras apontam que é considerado jovem o grupo etário entre 15 e 29 anos. Elas explicam que a Política Nacional de Juventude divide essa faixa etária em 3 grupos: jovens da faixa etária de 15 a 17 anos, denominados jovens-adolescentes; jovens de 18 a 24 anos, como jovens-jovens; e jovens da faixa dos 25 a 29 anos, como jovens-adultos.

De todo modo, para além da questão etária, as juventudes atualmente são frequentemente associadas às questões de identidade, estilo de vida e cultura, mas também enfrentam desafios específicos, como a inserção no mercado de trabalho, questões de saúde mental e a busca por autonomia e reconhecimento. A globalização e a tecnologia digital também desempenham papéis importantes na modelagem das experiências e percepções das juventudes. Os aspectos sócio-culturais como gênero, classe e etnia influenciam diretamente na forma como essa condição juvenil será experienciada por esses indivíduos, tornando assim as juventudes múltiplas. Groppo (2004) compara essa "condição juvenil" a um grupo de operários, que mesmo diferindo muito entre si em questões particulares, como nacionalidade, costumes, religião, gênero, dentre outros, ainda assim tem em comum sua condição operária.

As juventudes retratadas por Groppo (2004) representam a parcela que Dayrell (2007) se refere, quando aponta a emergência de uma nova realidade juvenil no Brasil. Os jovens que chegam às escolas públicas abrangem uma variedade de características, comportamentos e valores únicos que os distinguem significativamente das gerações passadas. Essas características ficam ainda mais acentuadas quando se trata de jovens com menos de dezoito anos, inseridos na Educação de Jovens e Adultos. Quando falamos acerca da juventude no Brasil, frequentadora da escola pública e, mais precisamente, inserida nas turmas da EJA, é preciso refletir a respeito de quem são esses jovens, qual sua condição social e as questões que os atravessam. Esses jovens são, em sua maioria, moradores das periferias dos grandes centros urbanos, marcados por um contexto de desigualdade social, que tem, por muitas vezes, por meio do trabalho informal, sua única chance de viver sua condição de jovem.

3. A JUVENILIZAÇÃO DA EJA

O senso comum caracteriza a Educação de Jovens e Adultos, apenas como classes noturnas, sujeitos mais velhos e professores cansados. De fato, a EJA foi concebida para suprir a demanda de alfabetização de jovens e adultos trabalhadores, e ocorria principalmente por meio de cursos noturnos de curta duração. Fávero e Freitas (2011) trazem uma afirmação de Lemme (2004, p.49) em que declara que o período de industrialização trouxe uma dualidade para a educação de jovens e adultos:

Nesta fase, vamos encontrar a educação de adultos com um duplo aspecto: de um lado, satisfazendo às necessidades das classes dirigentes e por elas estimulada; de outro, incluída entre as reivindicações das classes populares, cada vez mais ávidas de aperfeiçoarem suas condições culturais e técnicas. (Lemme, 2004, p.49 apud Fávero; Freitas, 2011, p.2)

Conforme a industrialização avançou, a demanda por trabalhadores qualificados crescia, havendo a exigência de maior nível de escolarização desses sujeitos, levando-os a busca de uma certificação, por meio dos exames supletivos. Quando o 1º grau foi criado, a contar da junção do ensino primário com o curso ginásial, o mercado de trabalho mudou e passou a exigir, a partir disso, o certificado de oito anos de ensino, ao invés de um certificado de quatro anos. A procura por certificação movia milhares de pessoas, lotando grandes espaços como campos de futebol,

obrigando assim uma padronização dos exames supletivos em todo país. Em menor escala, também foi significativa a procura dos exames supletivos para o 2º grau, sendo mais recorrente na História mais recente, quando o mercado de trabalho passou a exigir certificação à nível de Ensino Médio como explicitado por Fávero e Freitas (2011).

A VI Conferência Internacional de Jovens e Adultos (CONFINTEA, 2009), em seu Documento Nacional Preparatório, destaca a heterogeneidade dos sujeitos da EJA e a necessidade de políticas públicas e de uma metodologia específica para poder promover o acesso e a permanência desses alunos.

A despeito dessa ideia errônea de que a EJA é uma segunda oportunidade ou recomeço para aquelas pessoas que passaram muitos anos afastadas do ambiente escolar, Ribeiro (1992 apud Oliveira, 2011, P.13) aponta que dos estudantes do antigo Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral, 60% destes haviam frequentado a escola e estavam abaixo dos 20 anos, desmistificando assim a ideia de que esses alunos eram adultos que não haviam tido nenhuma oportunidade de frequentar as salas de aula.

Embora estejam inseridos dentro desse contexto há bastante tempo, é possível perceber que há uma procura maior pela Educação de Jovens e Adultos, por parte desses jovens que não se veem acolhidos em turmas regulares de ensino fundamental ou médio, por diversos motivos. Acerca do assunto, Oliveira (2011) aponta que o CNE/CEB 2010 nº 6/2010, traz à tona essa juvenilização da EJA, que nada mais é do que o processo de inserção de jovens entre 15 e 18 anos, que não são acolhidos em classes regulares para a idade apropriada e procuram a EJA, sem que sequer outra opção lhe seja oferecida. Essa situação vivenciada por jovens nessa faixa etária é percebida por alguns educadores como um *não-lugar*. Como também se questiona a falta de políticas públicas por parte das secretarias e demais órgãos responsáveis para atender aos alunos jovens que se encontram neste lugar.

É preciso observar que mesmo na pluralidade da EJA, existem ainda questões mais singulares, que precisam ser tratadas com uma atenção especial, como é o caso de adolescentes na Educação de Jovens e Adultos, que requer políticas públicas, como por exemplo, classes diurnas, entre outras questões. Faz-se necessário entender as trajetórias desses jovens tão jovens, e compreender as motivações que os levam a buscar a modalidade EJA. É preciso olhar para além de seus insucessos escolares, mas para suas potencialidades, suas histórias e possibilidades. É necessário que eles sejam vistos como indivíduos com pleno potencial. Sobre isso, Arroyo

(2005) sustenta que a priorização desses processos formadores pode revelar uma reconfiguração da Educação de Jovens e Adultos, da formação de professores, dos conhecimentos abordados no currículo, dos processos e das didáticas. A EJA, como espaço formador, se reconfigurará, passando a reconhecer que esses indivíduos, jovens e adultos, vem de lugares diversos, com trajetórias distintas. Esses sujeitos também fazem parte movimentos populares por terra, teto e trabalho, por dignidade e vida. São sujeitos atuantes em comunidades, assentamentos, em grandes metrópoles e no campo. Esse viés de protagonismo, e esse olhar atento para suas histórias, pode ser decisivo para a educação das juventudes.

Arroyo (2005) acrescenta que uma nova perspectiva sobre as juventudes produzirá uma nova perspectiva sobre a sua educação e, conseqüentemente, um novo olhar sobre a EJA. Que os novos rumos da sociedade reconhecerá os sujeitos da educação de jovens e adultos como detentores dos direitos humanos e da garantia do direito à educação com qualidade. No entanto, a realidade atual se afasta cada vez mais desse cenário, resultando em abandono do processo de escolarização, mesmo apresentando tímidas flexibilizações para se ajustar às direções tomadas pelos indivíduos em sua vida e escolarização.

4. METODOLOGIA

A abordagem adotada para essa pesquisa foi de cunho qualitativo, tendo a entrevista como instrumento, devido ao seu caráter exploratório. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa é um método de investigação que se concentra na compreensão dos significados que as pessoas atribuem a suas experiências, relações e estruturas sociais em que estão inseridas. Este tipo de pesquisa enfatiza a profundidade e a complexidade dos fenômenos sociais, ao invés de quantificar dados ou buscar generalizações estatísticas. Na abordagem qualitativa o pesquisador levanta questionamentos que vão sendo respondidos ao longo da investigação, ao passo que novos questionamentos vão surgindo no decorrer da sua pesquisa.

Optamos por realizar um estudo de caso, que segundo Marli André (2013, p.97) tem a função de “focalizar” um fenômeno particular, levando em conta seu contexto e suas múltiplas dimensões. Valoriza-se o aspecto unitário, mas ressalta-se a necessidade da análise situada e em profundidade”. Nesse sentido, o campo escolhido para realização da nossa pesquisa foi um

Centro de Educação de Jovens e Adultos, localizado na cidade do Recife. A escolha ocorreu por essa escola atender, nos três turnos, apenas oferta da EJA. O fenômeno da juvenilização é percebido em todas as turmas da instituição.

Atualmente a escola possui 612 alunos matriculados e 42 professores integram o quadro de funcionários. A unidade escolar possui um amplo espaço, com três pavimentos, com 13 salas de aula, sala de leitura, laboratório de informática, laboratório de ciências, sala dos professores, diretoria, sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado - AEE, biblioteca, banheiro com acessibilidade, refeitório, despensa, cozinha e uma extensa área verde. O espaço também possui água filtrada, energia pública, rede de esgoto, coleta de lixo, acesso à internet e recebe, dentre outros, o benefício do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Para a interpretação do conteúdo da entrevista com o gestor, adotamos a análise do discurso, uma vez que esse método, aplicado às entrevistas permite explorar não apenas o conteúdo explícito do que é dito, mas também como é dito, e o que isso revela sobre as estruturas sociais, relações de poder, identidades e ideologias subjacentes. Orlandi (1999) caracteriza o discurso como uma locução contínua. A Análise do Discurso, conforme sugerido pelo termo, não foca na língua ou na gramática, apesar de tais aspectos serem de seu interesse. O foco é no discurso. E a própria origem da palavra discurso carrega a noção de fluxo, trajetória, passagem ou movimento. A análise do discurso pode enriquecer a compreensão dos dados coletados em entrevistas, Através da análise do discurso, é possível capturar a complexidade e a multidimensionalidade dos fenômenos sociais, indo além de explicações simplistas.

5. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Em nosso primeiro contato com a escola, fomos recebidas com bastante entusiasmo por parte da equipe gestora que nos deixou à vontade para conversar e conhecer como ocorre a atuação da gestão escolar. Identificamos que a configuração da gestão é descentralizada no que tange os aspectos operacionais da instituição, este modelo acontece de forma bastante específica e fora acordado entre a equipe gestora visando um espaço no qual sempre haverá pelo menos um

responsável para atender as demandas internas e externas administrativas, pedagógicas e relacionais.

Ao indagar o gestor sobre o motivo de ter classes com pessoas tão jovens na EJA, a hipótese levantada por ele foi: grande parte desses alunos são jovens trabalhadores, e muitos deles saíram de escolas que funcionam em tempo integral.

Nos anos 2000, após o estado de Pernambuco apresentar um fraco desempenho na educação, foi pensado um novo modelo de escola pública e aplicado em algumas escolas do estado. Com o resultado positivo, esse modelo foi implantado em grande parte das escolas públicas estaduais, resultando assim nas Escolas de Referência de Ensino Médio - EREM. Esse modelo conta com ensino integral duas vezes na semana, levando os alunos a passar mais horas na escola, no período do contraturno (CENTRE FOR PUBLIC IMPACT, 2023).

No ano de 2022, os dados do site da Secretaria de Educação de Pernambuco apontam que as Escolas de Referência de Ensino Médio – EREM, com oferta ensino em tempo integral (45 horas semanais) e semi-integrais (35 horas semanais), estão presentes em todas as regiões de Pernambuco. Em 2022, o estado contava com 1059 unidades escolares, sendo 518 Escolas de Referência de Ensino Médio. Segundo Botlet e Nascimento (2023) há uma proposta de universalização das EREMs que não tem considerado aspectos associados às diferentes realidades simbólicas, econômicas e sociais do estado. Os autores apontam que a reconfiguração de escolas estaduais que funcionavam anteriormente em tempo regular e se tornaram de tempo integral, acabou gerando “uma massa de excluídos que não se adaptaram ou foram considerados inaptos para a participação em função da ampliação do tempo escolar” (Botlet e Nascimento, 2023, p. 111).

Muitos estudantes trabalhadores não podem dispor de dois dias ou mais durante a semana para assistir aulas no contraturno e acabam procurando às turmas da EJA, mesmo que muitas vezes estejam na idade para integrar a turma equivalente na modalidade regular de ensino. Esse é o caso de muitos jovens inseridos no CEJA, posto que após atrasarem a sua escolarização devido à necessidade de trabalhar e situações de insucesso escolar, eles são compulsoriamente submetidos às turmas da EJA.

A entrada massiva de adolescentes em turmas de Educação de Jovens e Adultos, mesmo que em classes diurnas, gera questões muito particulares, que precisam ser tratadas de forma

sensível pela gestão escolar. Quando questionado sobre quais os principais desafios da presença de “jovens tão jovens” na EJA, o diretor destacou as diferenças geracionais:

Então, a gente começa com o módulo 5 que a gente tem alunos, que tem 15, 16 anos na turma, que nessa turma, nessa às vezes a gente também tem alunos de 70 anos. Então assim, o adolescente de 15 anos quer, ele ainda está construindo, entende? Vai querer brincar, vai querer se divertir e vai querer namorar enquanto uma pessoa mais velha, uma pessoa mais experiente, ela vai querer a meta. Ela vai querer cumprir a meta. Não. Eu estou aqui para estudar! Eu tenho objetivo, eu tenho uma finalidade! Enquanto o adolescente está sendo construído, em processo de construção. (Diretor do CEJA)

O choque geracional nas turmas da EJA refere-se às tensões, desafios e diferenças de percepção e comunicação que surgem entre diferentes gerações envolvidas nesse contexto educacional. Tanto educadores quanto alunos podem pertencer a gerações distintas, o que pode afetar a dinâmica de ensino e aprendizagem. Esses choques são influenciados por diversos fatores, incluindo as mudanças tecnológicas, sociais, culturais e econômicas que caracterizam cada geração.

Em turmas ainda mais heterogêneas, como é o caso de grande parte das turmas da escola-campo, essa problemática é ainda mais acentuada, por existirem turmas com idades tão abrangentes, o que pode gerar conflitos ainda mais arraigados. Mas é necessário lembrar que esse adolescente que integra as turmas da EJA não tem o mesmo perfil que a maior parte dos alunos do Ensino Fundamental e Médio de turmas regulares. Por serem jovens trabalhadores, eles possuem uma trajetória de vida semelhante à dos alunos adultos, a despeito da diferença de idade. Silva (2009) fala que essa diferenciação entre o jovem trabalhador e outros adolescentes com a mesma idade biológica, que são estudantes, se dá porque o jovem trabalhador conhece as coerções do universo econômico real, da vida de um operário, sem as facilidades de ser um estudante burguês.

Identificamos no discurso do gestor a visão do jovem estudante como alguém com "menos focado" do que os adultos. Essa percepção é carregada de estigmas, pois ela rotula o jovem como alguém irresponsável, quando, na verdade, a escola ignora aspectos relevantes da sua condição juvenil. Dayrell (2007, p. 1118) destaca que

Na freqüência cotidiana à escola, o jovem leva consigo o conjunto de experiências sociais vivenciadas nos mais diferentes tempos e espaços que, como vimos, constituem uma determinada condição juvenil que vai influenciar, e muito, a sua experiência

escolar e os sentidos atribuídos à ela. Por outro lado, a escola que ele frequênta apresenta especificidades próprias, não sendo uma realidade monolítica, homogênea. Podemos afirmar que a unidade escolar apresenta-se como um espaço peculiar que articula diferentes dimensões. Institucionalmente, é ordenada por um conjunto de normas e regras que buscam unificar e delimitar a ação dos seus sujeitos.

O aluno, jovem ou adulto, leva consigo para o ambiente escolar o conjunto de socializações que faz dele um indivíduo único, e o espaço-escola tenta ao máximo homogeneizar esses indivíduos, para tornar mais fácil o convívio, respeito às regras e tudo o que envolve um ambiente burocrático. Ainda sobre isso, Dayrell (2009) discorre que o modelo "ideal" de escola é muito parecido com o mundo do trabalho, então é claro que espera-se que o aluno seja sempre pontual, obediente e envolvido em seus estudos com eficiência e eficácia, sem levar em consideração sua condição de jovem. Por essa ótica, o aluno só tem dois caminhos a seguir: encaixar-se nos padrões de cognição e comportamento esperados, ou ser excluído.

Na tentativa de amenizar esses conflitos geracionais e atender melhor às demandas dos alunos, a gestão da escola organiza os turnos de forma a agrupar os alunos por faixa etária, priorizando concentrar os alunos mais jovens no mesmo horário. Sobre o perfil dos estudantes em cada turno, o diretor comentou:

A forma de trabalho tem que ser diferente, apesar de ser uma escola única, mas de manhã você tem um olhar; a tarde é outro e a noite, conseqüentemente é outro olhar. Então você vai lidar com os problemas de acordo como vão gerando a demanda. Então, é isso... (Diretor do CEJA)

Aqui o gestor destaca a necessidade de tratar as questões específicas dos alunos, respeitando suas condições e subjetividades. É importante ressaltar também que a forma de gestão descentralizada adotada pela escola, onde cada membro da equipe gestora está autorizado a resolver e negociar quaisquer demandas, sejam elas burocráticas, pedagógicas ou administrativas, ao mesmo tempo que facilita a resolução de problemas na escola, sobrecarrega o membro da equipe gestora presente, visto que nunca estão presentes na escola todos ao mesmo tempo. Esse sistema gera uma grande sobrecarga de trabalho e, conseqüentemente, pode levar a uma série de conseqüências negativas, tanto para o profissional quanto para a instituição de ensino como um todo, atrapalhando a comunicação com os alunos e interferindo de forma negativa na mediação de conflitos.

Por fim, quando perguntado sobre como lidar com os estudantes mais jovens, o diretor destacou a relevância da afetividade nas relações com os estudantes:

Os mais novos necessitam de mais amor, mais atenção, são mais envergonhados e a relação precisa ser mais estreita, em conversa “não intencional” chegar em aspectos sociais que geram necessidades mais específicas e individuais. Os mais velhos têm personalidades mais construídas. Ao contrário dos jovens, já exigem seus direitos e são mais comprometidos. A escola para os alunos não é só um lugar de estudo, mas de amparo também. Na EJA as estratégias de ensino precisam ser mais lúdicas e intuitivas, promover o raciocínio lógico dos estudantes.

A afetividade na educação de jovens e adultos desempenha um papel fundamental, influenciando diretamente a motivação, o engajamento e o sucesso dos estudantes nesse contexto educacional. Esses alunos, principalmente os mais jovens, como o diretor ressalta, são marcados por diversos contextos sócio-culturais, e chegam ao ambiente escolar amargando um sentimento de não-pertencimento, da sua experiência educacional anterior. Esse vínculo de afeto tem um impacto profundo e significativo, ajudando esses jovens a reconstruir sua autoestima. Freire (1987) enxerga a educação como um ato de amor, e amor também é diálogo. Ao estabelecer essa relação de escuta e afeto, esse ambiente escolar se torna um espaço seguro e acolhedor para esses alunos. Essa dinâmica pedagógica, fomentada pela afetividade, cria caminhos que favorecem o surgimento da educação como uma prática que humaniza, liberta e permite a expressão. É através da interação com os outros que o indivíduo tem a oportunidade de evoluir e se reconstruir constantemente.

Sobre a gestão perceber os estudantes mais jovens como “mais imaturos” e “menos interessados”, Dayrell diz:

Para a escola e seus profissionais, o problema situa-se na juventude, no seu pretensão individualismo de caráter hedonista e irresponsável, dentre outros adjetivos, que estaria gerando um desinteresse pela educação escolar. Para os jovens, a escola se mostra distante dos seus interesses, reduzida a um cotidiano enfadonho, com professores que pouco acrescentam à sua formação, tornando-se cada vez mais uma “obrigação” necessária, tendo em vista a necessidade dos diplomas. Parece que assistimos a uma crise da escola na sua relação com a juventude, com professores e jovens se perguntando a que ela se propõe. (DAYRELL, 2007 p. 1106)

Com a juvenilização da EJA, é preciso que seja levado em conta a condição de jovem desses novos estudantes, para que a educação formal não seja mais uma etapa a ser cumprida

para a obtenção de um diploma, necessário para adentrar o mercado formal de trabalho. É necessário enxergar esses jovens como sujeitos que, de uma forma ou de outra, também tiveram seu direito à educação negado em algum momento de suas vidas, por quaisquer que sejam os motivos e é preciso que tenhamos o cuidado de não perpetuar discursos que levem esses jovens ao sentimento de não-pertencimento ao qual eles já vêm sendo submetidos ao longo de sua trajetória escolar. Arroyo (2006) diz que mesmo apesar de todos os percalços, é preciso que o educador busque formas alternativas para que a educação seja bem-sucedida, a fim de que o estudante não torne a ser prejudicado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi compreender qual a percepção de um diretor escolar sobre o fenômeno da juvenilização da EJA em uma escola estadual de Pernambuco que oferta a modalidade nos três turnos e que, nos últimos anos, tem ampliado o quantitativo de estudantes cada vez mais jovens.

Foi possível perceber que esse fenômeno de juvenilização que vem ocorrendo na Educação de Jovens e Adultos se deve, em grande parte, ao perfil dos estudantes trabalhadores que tentam conciliar as atividades laborais e o trabalho, ainda que informal.

O perfil dos estudantes descritos pelo gestor foi bastante claro: em sua maioria jovens das periferias, que necessitam estar inseridos no mercado de trabalho, antes mesmo de concluírem seus estudos na educação básica. Em alguns casos, os estudantes precisaram abandonar as classes regulares de Ensino Fundamental e Médio, uma vez que o regime de escolas integrais, predominante na rede estadual de Pernambuco, impossibilita que o jovem trabalhador consiga manter sua frequência em dois turnos.

Sendo assim, esses estudantes acabam sendo compulsoriamente impelidos às turmas de EJA, mesmo que em classes diurnas. Essa migração massiva de "jovens bem jovens" para as turmas de adultos, gera inevitavelmente um conflito geracional, trazendo à tona, muitas vezes, esse sentimento de não-pertencimento que pode acarretar novos ciclos de abandono escolar.

O gestor entrevistado apontou que esses estudantes são menos interessados ou focados na escola quando comparados aos mais velhos. Contudo, a EJA não é necessariamente pensada para estudantes nessa condição juvenil, e há uma necessidade de repensar a organização do trabalho pedagógico tendo em vista o perfil desse grupo e suas especificidades.

A análise do discurso do gestor do CEJA também nos mostrou que é necessário um olhar diferenciado para essas juventudes, para que, tanto por meio do afeto nas relações pedagógicas que permeiam o ambiente escolar, como na preocupação em utilizar uma metodologia compatível com sua condição de jovens, esses indivíduos possam desenvolver seu pleno potencial, como alunos e cidadãos. É necessário que essas adaptações sejam feitas, para que as turmas de EJA recebam esses estudantes, respeitando e acolhendo suas particularidades. Nesse sentido, se faz ainda mais urgente a criação de políticas públicas, para que o direito à educação de qualidade, sem nenhum prejuízo, seja garantido a esses jovens.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L. J. G.; GIOVANETTI, M. A. G. C.; GOMES, N. L. (org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 19 – 50. Disponível em: <<https://doeplayer.com.br/18856696-Educacao-de-jovens-adultos.html>>. Acesso em: jul de 2023.
- ARROYO, M. G. Formar educadores e educadoras de jovens e adultos. In: SOARES, L. J. G. (org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 17-32.
- BOTLER, A. M. H. B.; NASCIMENTO, J. A. **Escola e democracia**: entre políticas e práticas. Curitiba: Appris, 2023.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2022**: Resumo Técnico. Brasília, 2023. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf>. Acesso em: jul de 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos**. Brasília, 2009.

DAYRELL, J. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, 2007.

FÁVERO, O.; FREITAS, M. A Educação de Adultos e Jovens e Adultos: Um olhar sobre o Passado e o presente. **Revista Inter Ação**, v. 36, n. 2, p. 365–392, 2011.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (org.). **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. 12ª ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2011.

GROPPO, L. A. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**, v. 13, n. 25, p. 9-22, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS; INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS. Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas. Rio de Janeiro: Grafitto, 2005.

INSTITUTO NATURA. A política de Educação em Tempo Integral no Estado brasileiro de Pernambuco. [s.l: s.n.]. 2023. Disponível em: <<https://www.institutonatura.org/wp-content/uploads/2023/03/A-poli%CC%81tica-de-Educa%C7%A7%C3o-em-Tempo-Integral-no-Estado-brasileiro-de-Pernambuco..pdf#:~:text=Em%202008%2C%20o%20novo%20governador>>. Acesso em: jul de 2023.

MINAYO, M. C. L. (org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PARO, V. H. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, v. 36, n. 3, p. 763-778, 2010.

SILVA, R. Diversidade e Relações Intergeracionais – O Não Lugar da Pessoa Idosa na EJA. **Práxis Educacional**, v. 5, n. 7, p. 29-43, 2009.

SILVA, R. S.; SILVA, V. R. Política Nacional de Juventude: trajetórias e desafios. **Caderno CRH**, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.

SOUZA FILHO, A.; CASSOL, A. P.; AMORIM, A. Juvenilização da EJA e as implicações no processo de escolarização. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, n. 112, p. 718-737, 2021.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E.; TARALLO, F. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 8ª ed. Campinas: Pontes, 2009.

